

EJA e Multiletramentos na Educação do Campo:

Práticas de Aprendizagem e Inclusão Digital

Douglas Antonio Rodrigues Silva

Rodrigo Martins Bersi

Como citar: SILVA, D. A. R.; BERSI, R. M. EJA e Multiletramentos na Educação do Campo: Práticas de Aprendizagem e Inclusão Digital. *In:* MIGUEL, J. C. **Educação de jovens e adultos:** diversidade, inclusão e conscientização. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 271-293.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-134-8.p271-293>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

EJA e Multiletramentos na Educação do Campo: Práticas de Aprendizagem e Inclusão Digital

*Douglas Antonio Rodrigues Silva*³²

*Rodrigo Martins Bersi*³³

Introdução

Muito tem se discutido, nos últimos anos, sobre práticas inclusivas no que tange à Educação dos jovens e adultos, principalmente após a popularização de novas formas de aprendizagem baseadas nos multiletramentos e ferramentas que, até outrora, eram descartadas ou encaradas com resistência por boa parte dos educadores e educadoras no Brasil. E esses modelos que, em boa parte, são sedimentados em pilares sustentados pelo dinamismo da grande rede mundial de computadores despontam no século XXI como potenciais ferramentas para a erradicação das condições precárias enfrentadas pelos professores, principalmente, no flanco da educação no campo e, ainda, na educação de jovens e adultos, nosso recorte nesse trabalho.

³² Doutorando em Educação pela FFC, UNESP, Campus de Marília. Mestre em Educação pela FFC, UNESP, Campus de Marília. Professor vinculado ao Programa de Formação Pedagógica para Professores CETEC Brasil Profissionalizado.

³³ Mestre em Educação pela FFC, UNESP, Campus de Marília. Licenciado em História pela UENP – Universidade Estadual do Norte Paranaense. Atua na área de Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação, com foco em Softwares Livres e Educação de Jovens e Adultos.

<https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-134-8.p271-293>

As novas formas que despontam no cenário educacional e pedagógico, além de proporcionar algo tão importante quanto a escrita pela técnica, nos revela outro ponto preponderante na sociedade: como o entendimento de alguns conceitos de aprendizagem, baseados em ambientes digitais, podem fazer uma enorme diferença na forma com que as pessoas conseguem compreender, questionar e atuar de forma participativa na sociedade, seja em microambientes, como uma sala de aula, uma escola ou um bairro, como em macroambientes, resultando na otimização, entendimento e mobilização, até mesmo, das comunidades mais remotas de um país com dimensões continentais como o Brasil.

Com o passar dos anos, os seres humanos participaram de novos processos que culminaram na reconfiguração da educação para que esta continuasse a desenrolar sua missão de preparar jovens e adultos para o mundo, muito além de meras técnicas desempenhadas nos mais diversos campos de trabalho, mas sim, no desenvolvimento do ser humano enquanto cidadão participativo, racional e crítico. A web, presente em uma dessas principais reconfigurações existentes entre os séculos XX e XXI desponta como um elemento que não pode ter suas dimensões sociais ignoradas, já que também possibilita a transmissão do conhecimento – seja ele formal ou informal – aos mais afastados pontos territoriais. Claro, não é nossa pretensão neste estudo retransmitir a falácia que é ditada e repetida em alguns campos da educação corporativa, desprovida de fundamentos pedagógicos reais e que afirma, categoricamente, que o mundo vivencia a “era da comunicação”. Não se pode considerar tal era como abrangente em todo mundo visto que, em uma quantidade considerável do planeta, a contar pelo continente africano e, até mesmo, alguns pontos do próprio Brasil, a conexão com a web praticamente inexistente e, em outros casos, ela ocorre com velocidade pífia de transmissão de dados, tornando impossível opções da transmissão de vídeos – ou *streaming* –, por exemplo.

Este estudo, pautado nos multiletramentos e assentado no acesso à internet como elemento transformador, principalmente, para os educandos jovens e adultos residentes nas áreas rurais, busca traçar apontamentos importantes no que tange ao campo da educação nesse meio e na forma com que ela pode alterar a percepção de uma quantidade imensa de alunos, não só ensinando-os a ler e a escrever, como também, a programar, a entender os processos existentes em um computador, ainda que não mergulhe profundamente em suas dimensões social, cultural e crítica.

**Educação de Jovens e adultos: o dinamismo no aprendizado,
familiaridade com recursos digitais que pode ser revertida em
aprendizagem formal e inclusiva**

Diante do contexto da ampliação das comunicações, o mundo está, atualmente, em um processo de transição que talvez seja único em sua História, se considerarmos a rapidez com que ele acontece. A internet modificou drasticamente os padrões de comportamento, consumo, relações sociais, participação política e muitos outros fatores nas mais diversas regiões do planeta. Claro, sabe-se que a Grande Rede é um novo flanco para a política e que, sabendo disso, muitas pessoas a usam como uma forma de desinformação, que geralmente é associada, também, a associações entre empresas de comunicação e telefonia com as gigantes do Vale do Silício que controlam os grandes espaços na web, empresas que são mais conhecidas por seus domínios, mas que não deixam de ser organizações que visam o lucro através de serviços intangíveis.

Em meados dos anos 90 os educadores do Brasil começaram a se deparar com novas possibilidades tecnológicas que poderiam ser aplicadas

em salas de aula e que, outrora, eram acessíveis apenas à uma pequena parcela desses profissionais. Tratava-se das TDIC - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, que correspondem a um agrupamento de recursos tecnológicos integrados, que possibilitam a automação e otimização comunicação dos processos de qualquer organização, a melhoria da apresentação de resultados para a pesquisa científica e, como não seria diferente, uma nova possibilidade de recursos que poderiam ser utilizados para o ensino e aprendizagem. E tais recursos são possíveis por meio das funções de hardware, software e de um aparato de telecomunicações. Ou seja, um computador, um software e uma conexão com a internet.

Quando tratamos deste assunto tomando como enfoque a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o fenômeno da internet exerce uma enorme influência nos mais diversos aspectos, principalmente, quando pensamos que uma parte considerável dos jovens possui um aparelho celular. Nos referimos apenas à uma grande parte, ao contrário do que prega a falácia da "era da comunicação" porque não é preciso ir muito longe para saber que uma vasta quantidade de jovens no mundo não tem acesso ao mundo digital, a cultura digital, tampouco a um smartphone. Isso acontece, por exemplo, em boa parte da África subsaariana em que o acesso é limitado, até mesmo, à água. Ao mesmo tempo, não poderíamos deixar de mencionar que, segundo dados da Unesco (NO MUNDO..., 2017), uma em cada cinco crianças do mundo, cerca de 263 milhões no total, está fora das salas de aula. Fragmentando esse número, em nível primário, 63 milhões de crianças entre 6 e 11 anos estão fora da escola. Além desse chocante número, outros 61 milhões de adolescentes entre 12 e 14 anos e 139 milhões de jovens de 15 a 17 anos não possuem matrícula em nenhuma escola. Isso mostra uma necessidade latente de que alguma providência em grande escala, uma reforma multiestructural seja tomada,

para evitar um colapso ainda maior e que privará mais e mais crianças, jovens e adultos de todos os processos de aprendizado. Não temos a pretensão de dizer que a internet, alinhada à Educação seria um fenômeno amplo e abrangente. Para um foco mais preciso, consideraremos os jovens e adultos do Brasil e que possuem acesso à internet.

Quando tratamos da influência dos meios digitais nos jovens e adultos, nos remetemos aos estudos de Arnett (2002), que estabelece que parte dos elementos culturais dos jovens tem origem na cultura local, ao mesmo tempo em que outra parte, se origina em elementos que tem alguma relação com a indústria cultural. Ainda segundo Arnett (2002), é exatamente nesse ponto que incide a globalização, resultando na fusão de vários elementos para o estabelecimento de relações culturais que podem não ser assimiladas por pessoas que não compreendam muito bem o momento da expansão digital. Vale lembrar que, historicamente, não faz muito tempo que o mundo digital tomou o lugar do analógico na vida dos jovens brasileiros, ainda mais se considerarmos a precária propagação dessas tecnologias.

É claro que, quando se trata da juventude, a ruptura com a rigidez dos comportamentos anteriores – até mesmo se tratando de tecnologia – ocorre de uma maneira muito mais dinâmica. E essa ruptura destrói velhos padrões de comportamento, ao mesmo tempo em que estabelecem novas formas para o estabelecimento de relações culturais entre os jovens. Zygmunt Bauman (2001), no livro *Modernidade Líquida*, expressa esse dinamismo de uma forma bem direta:

O “derretimento dos sólidos”, traço permanente da modernidade, adquiriu, portanto, um novo sentido, e, mais que tudo, foi redirecionado a um novo alvo, e um dos principais efeitos desse redirecionamento foi a dissolução das forças que poderiam ter mantido

a questão da ordem e do sistema na agenda política. Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro (BAUMAN, 2001, p. 12).

Ou seja, há uma nova forma ou novas formas para a constante modificação cultural entre os jovens, impulsionada pela internet com que as crianças, jovens e os adultos das últimas gerações têm para utilizar-se de aparelhos eletrônicos como computadores, celulares e *smartphones*. O modelo anterior de relações em que um ser humano mais velho ensina a forma correta da utilização de determinado utensílio, no caso dos dispositivos eletrônicos e, mais recentemente dos digitais, perde espaço para uma pessoa cada vez mais jovem que ensina como os pais devem proceder para se inscrever em determinada rede social. Ou, também, como deve ser realizado o procedimento para postar uma *selfie*, palavra recentemente incluída no dicionário e que se refere ao autorretrato. Ou, ainda, como enviar mensagens instantâneas através de aplicativo, assistir vídeos através do recurso de streaming, etc.

Todos esses fatores, que nos revelam de forma significativa a facilidade com que os jovens interagem entre si e absorvem conhecimentos diversos, nos leva a pensar sobre a possibilidade da junção desse aprendizado digital com outros processos educativos. Pereira (2011) afirma que:

No Brasil, de maneira geral, principalmente no que se refere ao ensino público de base, podemos dizer que instituições, educadores, professores e alunos são digitalmente excluídos. [...] As comunidades

rurais em todo o país notoriamente possuem sérias limitações de acesso à informação. A maioria não dispõem de jornais e revistas, bibliotecas, e muitas famílias não possuem televisão [...] O problema central que uma Sociedade da Informação deve vencer, em primeira instância, é o da exclusão digital (PEREIRA, 2011, p. 8).

Também ressalta a possibilidade da utilização de recursos pedagógicos digitais, por meio do letramento digital, para se utilizar da tecnologia dos softwares, internet e da computação – os mesmos pilares citados acima – para um efeito transformador, que torne mais participativos da sociedade os cidadãos, principalmente, das periferias e regiões mais pobres e que têm números altíssimos de evasão escolar e analfabetismo. Além disso, esse tema é recorrente visto que boa parte dos educadores do país ainda possuem limitações no que tange aos usos e apropriações dos recursos tecnológicos. O computador, o software e a internet, juntos são bem mais do que meros instrumentos de comunicação e trabalho. Eles representam novos meios de interação, organização e linguagem, essenciais à sociedade contemporânea e que se distribui e se organiza em rede. O autor, sobre a forma de organização social, acrescenta que a internet e a sociedade em rede seriam o resultado de uma *“encruzilhada insólita entre a ciência, a investigação militar e a cultura libertária”* (CASTELLS, 2003, p. 34).

O letramento digital e a participação ativa através da internet

No final do século XX e nos primeiros anos do século XXI a popularização da internet, junto com os novos meios de comunicação, redefiniram, de várias formas, os processos de letramento no que tange ao acesso, uso e divulgação de linguagem. Ambientes online, chats,

comunicadores instantâneos e redes sociais - além dos softwares das mais variadas vertentes - nos revelam um novo ambiente, o cyberspaço, que até os dias atuais se faz presente e de uma forma cada vez mais crescente. Novas e dinâmicas formas de letramento ganham força e começam a substituir as rígidas ideias centradas apenas em uma determinada linguagem e escritas à mão.

A Web 2.0 redimensiona não só a forma como as pessoas se relacionam entre si, diminuindo os pequenos grupos e conectando as pessoas em rede, mas também, altera a forma com que os cidadãos participam da sociedade, cada vez mais multimodais, hiperindividuais e hipercomplexos. Não é raro se deparar com um vídeo no comunicador instantâneo *Whatsapp* que mostra algum procedimento criativo ou inventivo, realizado em áreas pobres do mundo, que possui o destaque, justamente, pela forma com que é projetado ou construído com recursos parcos. Tais vídeos, muitas vezes, são popularizados através do efeito viral, que consiste em um número considerável de compartilhamentos pelos usuários das redes digitais, ressaltando-se seu aspecto multimodal, característico da Web 2.0.

É exatamente nesse ponto, da participação coletiva pela multimodalidade, que já encontramos algumas evidências de que o aprendizado da linguagem de comunicação das máquinas ou a programação, ainda que a consideremos de forma superficial, aparece como um elemento potencializador da educação. Por exemplo, no compartilhador de vídeos no *Youtube* encontramos diversos vídeos com dicas sobre otimização do consumo doméstico de energia elétrica ou para se evitar o desperdício de água, dicas para resolver problemas de infiltração ou dos melhores processos para conseguir entrar em uma universidade estrangeira, ou ainda, como instalar algum recurso eletrônico em automóveis ou implementos agrícolas. Esses reviews, em muitas ocasiões,

são realizados por pessoas que, embora não tenham o ensino formal, conseguem de forma criativa superar ou reconfigurar processos sofisticados para melhorar sua qualidade de vida. Sobre esse cenário, Pereira (2011) ressalta que:

A inclusão digital é um processo em que uma pessoa ou grupo de pessoas passa a participar dos métodos de processamento, transferência e armazenamento de informações que já são do uso e do costume de outro grupo, passando a ter os mesmos direitos e os mesmos deveres dos já participantes daquele grupo onde está se incluindo. Para isso, precisamos dominar a tecnologia da informação, estou me referindo a computadores, softwares, Internet, correio eletrônico, serviços, etc., que vão muito além de aprender a digitar, conhecer o significado de cada tecla do teclado ou usar o mouse. Precisamos dominar a tecnologia para que, além de buscarmos a informação, sejamos capazes de extrair o conhecimento (PEREIRA, 2011, p. 17).

Quando consideramos a educação de jovens e adultos nos dias atuais, sob o contexto citado acima, o letramento digital aparece como novidade, socialmente construído, e que representa as habilidades e conhecimentos necessários para a realização de qualquer tarefa relativas à linguagem e utilização, de forma plena, do computador. São as rédeas e o aparato científico que permitem conduzir um sistema de softwares, através de um computador físico – seja ele um smartphone ou um computador pessoal – através de uma comunicação via web 2.0, pois está fundamentalmente baseada na colaboração entre os usuários, portanto, na multimodalidade. Ou seja, mesmo nos vídeos sobre equipamentos das mais diversas vertentes e editados de forma amadora por técnicos autodidatas, usuários da internet, notamos a habilidade para a gravação, edição e compartilhamento desses vídeos através da Web 2.0.

A Web 2.0 possibilita o aumento da representatividade, da comunicação e torna possível que, por exemplo, um agricultor em uma cidade do extremo norte, que muitas vezes não possui sinal de internet em casa, mas o tem através do 3G do celular, consiga mostrar ao mundo uma nova forma de colheita que ele desenvolveu em sua propriedade. Ou que, também através do mesmo recurso, possa contribuir e comentar uma invenção parecida, em outro canto do país, auxiliando o novo inventor e otimizando o processo, que muitas vezes possuem dificuldades comuns. Nesse ponto, a utilização do computador em sala de aula já poderia ser considerada essencial, representando a possibilidade de comunicação e ampliando a voz dos envolvidos, independente da distância geográfica. Nesse ponto, Xavier (2007) ainda acrescenta que a inclusão digital:

Considera a necessidade de indivíduos dominarem um conjunto de informações e habilidades mentais que devem ser trabalhadas com urgência pelas instituições de ensino, a fim de ajudar o mais rápido possível os alunos a exercer melhor a cidadania neste novo milênio cada vez mais cercado por máquinas eletrônicas e digitais (XAVIER, 2007, p. 133).

A inclusão digital, dimensionada através das mais diversas formas de aprendizagem formal e informal, já apresenta elementos transformadores em uma análise superficial. É quase evidente que, com um maior incentivo formal para a criação e estabelecimento de formas de inclusão do letramento digital em categorias de ensino de jovens e adultos na EJA, o cenário do ensino poderia ser diferente do atual. Claro, sabe-se que a questão se refere a pontos muito mais espinhosos e delicados do que apenas a inclusão de novos parâmetros e técnicas dentro de sala de aula, já que envolve recursos financeiros e uma malha de componentes tecnológicos que, para uma verdadeira eficácia nos sistemas de ensino, deveriam ser atendidos em suas minúcias.

Essa modificação deveria ser realizada de forma vertical e pelos gestores que controlam os repasses de recursos educacionais a todas as áreas do país, além de, claro, haver uma finalidade política, seja por questões regionais de controle ou, até mesmo, desconhecimento de tais recursos por parte da velha classe política do Brasil. Essa casta, que tem se perpetuado no poder de forma hereditária – não são raros deputados que são filhos de deputados ou tenham um grau de parentesco – ou por indicação mostra-se, principalmente pelas últimas manifestações sobre a política de desinformação, conhecida como *fake news*, completamente alheia a esse movimento que amplia cada vez mais seu espaço na web, proporcionando a união de grupos comuns e transformando o computador em voz ativa das classes mais pobres. Mais um elemento que, se colocado sob a luz, ressalta a importância do aprendizado dos recursos digitais pelos jovens e adultos em sua formação. O ensino do letramento digital, capaz de transformar o aluno em um sujeito com voz na sociedade, ultrapassa o ponto da técnica e se assemelha ao contexto em que Paulo Freire, conhecido educador brasileiro, colocava a escrita em meados dos anos 1970.

O aprendizado da leitura e escrita era importante à época, não somente para que o sujeito conseguisse ler e escrever, se comunicar, mas sim, para participar de forma mais ativa na sociedade em que faz parte. Não podemos desconsiderar que o letramento está associado as práticas sociais e culturais nas quais os sujeitos estão implicados, ligado diretamente à toda a bagagem que o jovem traz em sua vida, seus conhecimentos prévios e informais, suas experiências com números e, claro, sua vivência e relação com os novos padrões de comunicação. Em boa parte das salas de aula de EJA o smartphone é um elemento presente e que deve ser considerado como uma possível ferramenta para o discente.

Inclusão Digital e Práticas de Multiletramentos na EJA

Reconhecemos, portanto, a existência de diferenças sociais quanto ao acesso às TDIC, o que dificulta, e por vezes impede, a inclusão de indivíduos, como os sujeitos da EJA, a margem da cultura digital e que não dispõem dos recursos básicos para participar desta cultura ascendente. Trata-se de uma sociedade altamente desigual, que denominamos hipermodernidade, com conexões hipercomplexas, marcada pelo instantâneo, fluida e dinâmica, pautada num fluxo constante de informações, que são rapidamente substituídas por novos dados, gerando uma sociedade do hiperconsumo e do hiperindividualismo, que possui suas similaridades e diferenças com a sociedade moderna industrial (ROJO, 2015), repercutindo, desta maneira, em realidades distintas entre a cultura digital e a dos jovens e adultos da EJA.

Tomamos como hipermodernidade algo entre a Modernidade Líquida, a Sociedade da Informação e a Modernidade Industrial, pois esta configura-se de maneira independente e multifacetada. A realidade hipermoderna não rompe com a modernidade industrial, mas a radicaliza. O consumo de mercado, característico na sociedade industrial, amplia-se e toma dimensões continentais, com multinacionais com poder financeiro maior que países, em ritmo acelerado, com um aquecido comércio de bens de consumo pouco duráveis e uma malha de informações articuladas para influenciar os indivíduos hipermodernos a continuar o processo de aquisição de bens, tornando o consumo uma necessidade básica na hipermodernidade.

O fluxo de informações caminha também nesta direção, de garantia de acesso aos bens de consumo. Portanto, sites como Youtube.com e Facebook.com, por exemplo, garantem diretamente nas

empresas de telefonia móvel o acesso ilimitado às suas plataformas, através de planos de dados específicos, garantindo desta maneira maior facilidade de acesso dos usuários aos seus sistemas e um fluxo constante de clientes, impulsionando assim a venda de propagandas e outros bens de consumo. Nesta realidade, o sujeito não é tão induzido de maneira inconsciente a consumir, mas conscientemente convencido da necessidade do consumo, para que possa fazer parte desta hipermodernidade, cuja uma das características é o hiperconsumo.

A organização técnica e científica são aspectos valorizados tanto na modernidade industrial quanto na hipermodernidade, reconhecendo nesta última a valorização de profissionais das ciências exatas, como nas engenharias, sistemas de informação e informática, em detrimento de outras profissões ou até de formações mais amplas e integrativas, focando-se nas hiperespecialidades. Toda a organização de uma plataforma digital vem de instruções técnicas e que necessitam de constantes atualizações, tendo, portanto, uma sociedade que se fundamenta no fluxo de informações que circulam em uma complexa rede de equipamentos e conexões baseadas em ciência e técnica, mediadas por TDIC, sejam em atividades simples e cotidianas ou até nas mais complexas operações no âmbito científico, político e empresarial.

O tempo também sofre seus efeitos hipermodernos, principalmente pelo fato de que outrora, com a invenção do relógio mecânico, anunciou-se o domínio da contagem e da medição do tempo, mas nestes tempos contemporâneos vive-se a complexificação do tempo em milissegundos, com o relógio atômico e conexões em tempo real, que cobrem o planeta como um todo, permitindo que pessoas conectem-se e transmitam informações de maneira praticamente instantânea, em diferentes localidades, transpondo desta maneira a fronteira espacial para contatos e trocas de informações, portanto, torna-se possível a

comunicação instantânea entre pessoas em lados opostos do planeta ou ainda a circulação de uma notícia em tempo real. São mudanças profundas que representam uma verdadeira revolução humana, desta vez digital.

A escola, neste contexto, não pode simplesmente ignorar a inclusão digital e as TDIC nos conteúdos escolares, assim como também é de fundamental importância reconhecer as nuances da distribuição desta hipermodernidade nos diferentes cantos do país. Desta maneira, reconhecemos também uma hiperdesigualdade, pois as diferenças econômicas e sociais que existiam na modernidade industrial acabam, também, por se radicalizarem, criando realidades distintas e dicotômicas, de um lado os participantes ativos da Web 2.0, compondo o ciberespaço em uma cultura digital ascendente e de outro lado, os sujeitos segregados destes avanços, sem acesso a um terminal como um computador ou o tendo de maneira restritiva e superficial, como o caso de planos de dados de baixa velocidade, em 3G, que permitem apenas a navegação em redes sociais e a utilização de comunicadores instantâneos, não permitindo o acesso a toda a complexa rede de TDIC hoje disponíveis aos usuários, restringindo a experiência do usuário no contato com estes recursos.

No âmbito educacional, existem múltiplas propostas de ação que envolvem o uso das TDIC nas escolas, com destaque a iniciativas privadas, como grandes redes de ensino, que implementam em seus planos de ensino instrumentos tecnológicos de alta qualidade, com conexões ágeis, equipamentos potentes e excelentes propostas pedagógicas, mas outras iniciativas, como, por exemplo, a do Decreto 9057/17, que incentiva a incorporação da EaD - Educação à Distância nos planejamentos pedagógicos. Por exemplo, no caso da EJA, torna-se possível que toda a escolarização destes jovens e adultos aconteça fora da escola, por meio de terminais como um computador com acesso à internet, sem, por outro lado, se ponderar as possíveis dificuldades destes sujeitos ao lidar com estes

recursos da cultura digital, considerando-se o fato de que boa parcela destes indivíduos da EJA não estão incluídos e não possuem acesso ou familiaridade com estes equipamentos.

Além dessas iniciativas que acabam por afastar os sujeitos da EJA da escola, sob a máscara de facilitação da educação por meio das tecnologias, depositando toda a responsabilidade do processo formativo nos alunos, tornando o sujeito seu único responsável pelo sucesso ou interrupção de sua escolarização, encontramos propostas que incentivam a utilização das TDIC no âmbito escolar, porém com viés profissionalizante, com foco delimitado na profissionalização e na instrumentalização técnica de sujeitos para o mercado de trabalho (TAKAHASHI, 2000), mas sem se fortalecer a utilização integral dos equipamentos tecnológicos para as mais diversas necessidades cotidianas, ficando, desta maneira, uma formação mais superficial e preocupada somente em capacitar profissionais para lidar com os equipamentos eletrônicos no mercado de trabalho, mas sem que estes se apropriem de forma efetiva e independente das TDIC. Desta maneira, reconhecemos necessário que as práticas pedagógicas:

[...] considerem as necessidades e expectativas do aluno jovem e adulto das classes de EJA, incluam a discussão de conceitos das diversas áreas de conhecimento, em contextos que possibilitem a interação entre os atores do processo educativo e propiciem a construção de significados importantes para a formação dos sujeitos desse processo (MIGUEL, 2009, p. 82).

O que compreendemos por letramento é justamente a aplicação da linguagem e seus diversos gêneros discursivos na realidade concreta e socialmente construída, assim como a compreensão das normas e práticas que compõem e delimitam estes gêneros, portanto, são sujeitos letrados

aqueles capazes de lidar com os diversos gêneros discursivos, nas mais diferentes situações sociais, sabendo quando e como ler um texto jornalístico, uma revista de entretenimento, também interpretar um extrato bancário e escrever uma carta ou um ofício a uma figura pública, portanto, todas essas práticas são atividades de letramento, pois situam as atividades da linguagem na realidade concreta e socialmente construída. Assim, como o sujeito necessita reconhecer os gêneros discursivos na linguagem oral e escrita, isso também acontece no âmbito digital, ao que denominamos de multiletramentos.

Nas atividades de multiletramentos reconhecemos a multiplicidade de gêneros discursivos no âmbito digital e o necessário conhecimento das normas internas de funcionamento destes determinados gêneros discursivos digitais, como o e-mail, o post, o comentário, o script ou outros meios de participação no âmbito digital. Preocupamo-nos não somente com a instrumentalização técnica dos sujeitos, mas, principalmente, com os multiletramentos destes indivíduos, que necessitam reconhecer os diversos gêneros discursivos no âmbito digital, conhecer suas regras e funcionamentos, para então agir, modificar a realidade e interagir com outros sujeitos nestes ambientes. Em nossa compreensão, atividades pontuais como a instrução técnica para capacitar uma pessoa em determinada ferramenta digital, como um editor de textos ou outro software, não garante a real apropriação destes saberes pelos sujeitos, por este motivo valorizamos as atividades de multiletramentos, utilizando as TDIC de maneira complexa, consciente e imersa na realidade concreta e socialmente construída.

[...] el proceso de formación de conceptos tienen siempre carácter productivo y no reproductivo, que el concepto surge y se forma a lo largo de una complicada operación dirigida a la resolución de una determinada tarea (VYGOTSKY, 1995, p. 67).

Atividades guiadas, como a instrução no manuseio de algum software, não nos parecem suficientes para dar conta da complexidade intrínseca às TDIC e sua apropriação enquanto instrumentos da linguagem humana, capazes de modificar a maneira como o indivíduo atua na sociedade e compreende a realidade a qual faz parte. Ao tratar da cultura digital, se faz necessária a real apropriação das TDIC pelos sujeitos, para que estes estejam verdadeiramente incluídos nesta nova cultura, para tanto, o sujeito não pode estar restrito a atividades simplificadas, com objetivos muito delimitados e descontextualizados da realidade, mas necessitam enxergar nessas tecnologias e nas atividades digitais uma nova maneira de atuar e agir no mundo, desta vez mediados não apenas por oralidade e escrita, mas também por TDIC, partindo do “que as pessoas fazem e como elas mobilizam recursos para construir sentidos em suas atividades cotidianas” (BARTON, 2015, p. 13).

Compreendemos, desta maneira, que as atividades de multiletramentos, são ações pedagógicas que utilizam das TDIC como elementos de comunicação, desenvolvimento e aprendizagem socialmente construídos, atuando diretamente na realidade concreta. Ou seja, é necessário que os indivíduos realmente utilizem estes recursos para resolver seus problemas mais imediatos, como se cadastrar em uma prova nacional, como o Enem, o Encceja ou um vestibular, ingressar em uma rede social de maneira independente, enviar um e-mail sempre que necessário, fazer um download e manejar arquivos, se entreter com recursos streaming, acessar e instalar aplicativos, utilizar um software, ter acesso a informações relevantes, dentre uma série de outras atividades no âmbito digital, sem

perder de vista sua segurança, privacidade, desenvolvimento, raciocínio, profissionalização e inclusão no mundo digital.

Atividades de multiletramentos tratam da apropriação legítima das TDIC pelo sujeito em sua vida cotidiana, para que este não esteja restrito às atividades profissionalizantes, com foco extremamente delimitado para uma profissão específica, mas uma formação mais integral, que procura resolver problemas mais amplos de apropriação destas tecnologias na realidade concreta, como ao resolver problemas imediatos, também o necessário reconhecimento das normas e funcionamentos de cada gênero discursivo no âmbito digital, assim como suas diferenças, por exemplo, entre uma carta e um e-mail, ou uma foto armazenada em uma rede social e em um álbum de fotografias. Reconhecer essas nuances faz parte da necessária formação frente às TDIC para a sobrevivência na hipermodernidade e efetiva inclusão digital destes sujeitos na cultura digital.

A inclusão digital, em nossa perspectiva, deve considerar estes contextos e reconhecer que trata-se de algo além de proporcionar acesso aos equipamentos e a conexões de boa qualidade, de ensinar as competências necessárias ao lidar com as funcionalidades técnicas de um software ou ainda de promover a utilização de equipamentos eletrônicos pelos sujeitos por meio da EaD, mas a verdadeira inclusão digital, na qual tratamos e defendemos, precisa estar empenhada na inclusão desses sujeitos na participação na cultura digital e na Web 2.0, por meio dos multiletramentos, ao propor práticas reais, que incluam a utilização das TDIC num contexto amplo de formação dos sujeitos, seja no âmbito formal ou informal, proporcionando que estes se apropriem de maneira legítima dos recursos e não somente reproduzam instruções restritas para necessidades delimitadas pelo mercado e sim por motivação própria e independente, “em condições de poder re-existenciar criticamente as

palavras de seu mundo, para, na oportunidade devida, saber e poder dizer a sua palavra” (FREIRE, 2015).

Defendemos que os sujeitos saibam lidar com os equipamentos, reconheçam e manuseiem softwares complexos, mas reconhecemos também a necessidade de aprender o funcionamento dessas ferramentas, precisam ser autônomos para resolver suas próprias necessidades, mediados pelas TDIC, para então aprimorarem sua própria pronúncia sobre o mundo. A escola, portanto, têm a função de promover esses multiletramentos, incentivando os sujeitos a apropriarem-se dos instrumentos tecnológicos em suas necessidades cotidianas e legítimas, que sejam capazes de enxergar a função e o funcionamento das ferramentas digitais, e ver também possíveis perigos, como ao publicar uma foto em rede social, compartilhar informações privadas, ao fazer uma postagem em grupos de Whatsapp ou ainda ao clicar em um link potencialmente malicioso.

Diante do exposto, consideramos importante a necessidade de se trabalhar na escolarização com atividades de multiletramentos, que evidenciem práticas socialmente situadas e contextualizadas, de atuação direta na realidade concreta, reconhecendo também as normas internas dos gêneros discursivos no âmbito digital e as práticas que os delimitam no campo da comunicação verbal, sendo essas as chaves para a verdadeira inclusão digital destes sujeitos na cultura digital e a apropriação das TDIC por estes indivíduos, buscando desta maneira a efetiva participação na Web 2.0 para a intervenção direta na realidade concreta, mediados por TDIC, enquanto indivíduos autônomos e proficientes, verdadeiramente incluídos na cultura digital.

Considerações Finais

Compreendemos a inclusão digital como um problema urgente na era da informação, sociedade da informação ou hipermodernidade, pois, em qualquer cenário teórico utilizado para a análise, encontram-se abismos sociais e culturais que afastam, de um lado os jovens e adultos da EJA e da educação no campo e de outro os sujeitos imersos na cultura digital, portanto, reconhecemos a necessidade de se pensar a inclusão digital a partir do problema de sua distribuição nesta realidade contemporânea.

Além da problemática da inclusão digital pelo viés da distribuição destes recursos tecnológicos, as TDIC, na sociedade, apontamos para outro problema concomitante, abordando as práticas e apropriações feitas pelos sujeitos sobre essas ferramentas, portanto, sujeitos segregados da cultura digital acabam por não participar efetivamente da elaboração dos textos multimodais na Web 2.0 e conseqüentemente não apropriando-se de maneira efetiva dessas técnicas.

Abordamos como superficiais as perspectivas que utilizam as TDIC enquanto instrumentos técnicos, lidando com esses recursos em atividades pontuais, ensinando uma competência específica para atender o mercado de trabalho, sem se preocupar inicialmente com a incorporação dessas possibilidades digitais na vida dos sujeitos.

Preocupamo-nos, por meio das atividades de multiletramentos, que os indivíduos da EJA e da Educação no Campo possam utilizar das TDIC para pronúncia de suas próprias realidades, para que utilizem das tecnologias para fazer suas leituras de mundo, atuando diretamente na realidade concreta e sabendo adaptar as múltiplas potencialidades dos equipamentos tecnológicos em suas diversas necessidades ao longo da vida.

A inclusão digital que tratamos parte das necessidades concretas dos sujeitos, em atividades socialmente situadas, reconhecendo as especificidades dos textos digitais e sabendo utilizar destes recursos para resolver problemas imediatos, fugindo da superficialidade de lidar com as TDIC apenas como aparato técnico.

Reconhecemos as TDIC como tecnologias capazes de modificar a leitura de mundo dos sujeitos e do desenvolvimento da linguagem, assim como tratamos a inclusão digital como algo que envolve a aplicação prática dessas tecnologias na realidade concreta, reconhecendo seu funcionamento e sabendo, conscientemente, utilizar estes recursos nas mais diversas atividades cotidianas, utilizando-se dos multiletramentos para efetivamente se apropriar das novas tecnologias, fomentando a participação efetiva na Web 2.0.

Referências

ARNETT, Jeffrey J. The Psychology of Globalization. **American Psychologist**, v. 58, n. 1, p. 774-783, oct. 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BARTON, David; LEE, Carmen. **Linguagem online: textos e práticas digitais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Na rede pública, tecnologia atende 24 milhões de alunos**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/339>. Acesso em: 15 jun. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59. ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2015.

MIGUEL, José Carlos. Programa UNESP de Educação de Jovens e Adultos – PEJA/Marília: articulação entre teoria e prática na formação do educador e a perspectiva de integração social e comunitária.

EDUCAÇÃO: Teoria e Prática, v. 19, n. 33, p. 69-85, 2009.

PEREIRA, J. T. Educação e Sociedade da Informação. *In*: COSCARELLI, C. V; RIBEIRO, A. E. **Letramento digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

ROJO, Roxane Helena R. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes; GOMES, Nilma Lino (org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **No mundo**, uma em cada cinco crianças, adolescentes e jovens está fora da escola. Disponível em:

http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/one_in_every_five_children_adolescents_and_youth_is_out_of/. Acesso em: 15 jun. 2018.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamiento y lenguaje**. Obras escogidas, v. 2. Madrid: Visor, 1995. p. 09 – 348.

XAVIER, Antonio Carlos S. Letramento digital e ensino. In: SANTOS, Carmi. F; MENDONÇA, Márcia. **Alfabetização e Letramento: conceitos e relações**. Belo Horizonte, Autêntica, p. 133-148, 2007.